

A Educação em Direitos Humanos na Universidade Estadual de Campinas (2006-2017)

- La educación en derechos humanos en la Universidad Estatal de Campinas (2006-2017)
- Education in Human Rights at the State University of Campinas (2006-2017)

Thais Aparecida Dibbern¹

Milena Pavan Serafim²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o cenário dos direitos humanos (DH) e da Educação em Direitos Humanos (EDH) na Universidade Estadual de Campinas, sob a perspectiva da produção de conhecimentos. Metodologicamente, foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica acerca da EDH, bem como através do levantamento de dados quantitativos relativos aos projetos de pesquisa desenvolvidos entre o período de 2006 a 2017. Como resultados principais destacam-se: I. em relação à pesquisa em direitos humanos e em EDH na Unicamp, têm-se maior participação das áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas; II. a maior parte dos projetos de pesquisa em DH identificamos contemplam as categorias de “gênero, classe e raça”, bem como a categoria de “tecnologia, produção e trabalho”; III. especificamente em relação à EDH, destacam-se as temáticas do “direito à educação” e “direito ao meio ambiente”; IV. não foi possível localizar uma pesquisa específica com os termos “educação em/para os direitos humanos” na Universidade no período consultado.

1 Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Doutoranda em Política Científica e Tecnológica, Universidade de Campinas (Unicamp), Brasil. dibbern.thais@gmail.com

2 Doutorado em Política Científica e Tecnológica. Professora de Administração Pública e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Unicamp. milenaps@unicamp.br

Palavras-chave: Educação em direitos humanos. Ensino superior. Pesquisa. Produção de conhecimento. Unicamp.

Resumen: Este artículo pretende presentar el escenario de los derechos humanos (DH) y la Educación en Derechos Humanos (EDH) en la Universidad Estatal de Campinas, desde la perspectiva de la producción de conocimiento. Metodológicamente, se realizó sobre la base de una revisión bibliográfica sobre EDH, así como la recopilación de datos cuantitativos sobre proyectos de investigación desarrollados entre 2006 y 2017. Los principales resultados incluyen: I. en relación con la investigación sobre derechos humanos y la EDH en Unicamp, existe una mayor participación de las áreas de Ciencias Humanas y Ciencias Sociales Aplicadas; II. la mayoría de los proyectos de investigación en DH identificados incluyen las categorías “género, clase y raza” y “tecnología, producción y trabajo”; III. específicamente en relación con la EDH, se destacan los temas del “derecho a la educación” y el “derecho al medio ambiente”; IV. no fue posible encontrar una investigación específica con los términos “educación en/para los derechos humanos” en la Universidad nel periodo consultado.

Palabras clave: Educación en derechos humanos. Educación superior. Investigación. Producción de conocimiento. Unicamp.

Abstract: This article aims to present the scenario of human rights (HR) and Human Rights Education (HRE) at the University of Campinas, from the perspective of knowledge production. Methodologically, it was carried out based on a bibliographic review about EDH, as well as the collection of quantitative data on research projects developed between 2006 and 2017. Main results included: I. in relation to research on human rights and HRE in Unicamp, there is a greater participation of the areas of Human Sciences and Applied Social Sciences; II. most HR research projects identified include “gender, class and race” and “technology, production and work” categories; III. specifically in relation to HRE, the themes of the “right to education” and “right to the environment” stand out; IV. it was not possible to find a specific research with the terms “education in/for human rights” at University in the consulted period.

Keywords: Human rights education. High education. Research. Knowledge production. Unicamp.

Introdução

A Educação em Direitos Humanos (EDH) constitui-se enquanto uma prática educativa recente, que se fundamenta através da transmissão de valores e conhecimentos, tendo em vista a transformação e o cultivo de uma cultura pautada nos direitos humanos. Nesse sentido, está positivada enquanto um direito fundamental em diversos documentos do Governo Federal (como no Programa Nacional de Direitos Humanos; no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; e nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; dentre outros). Por isso a EDH deve ser incorporada nos Projetos Político-Pedagógicos dos diferentes níveis de ensino, assim como nos projetos de pesquisa e práticas extensionistas das universidades públicas e privadas. Nessa perspectiva, o presente artigo parte do reconhecimento de que um dos compromissos a serem assumidos pelas universidades públicas é incorporar EDH, considerando-se o seu grande potencial em “realizar formação, pesquisa e extensão em direitos humanos, sendo referência cognitiva aos outros níveis de ensino e às outras instituições do sistema superior” (DIBBERN *et al*, 2018, p. 2).

Assim, este artigo apresenta como objetivo principal dissertar acerca do cenário dos direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a perspectiva da produção de conhecimentos. Para cumprir com tal objetivo, a pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica acerca da EDH, bem como sobre o histórico de surgimento da Universidade estudada. Como forma de levantamento dos dados quantitativos, consultamos as bases de dados disponibilizadas pela Universidade, tendo em vista a identificação e análise dos projetos de Pesquisa desenvolvidos entre o período de 2006 a 2017, sobre a temática dos direitos humanos e da EDH. Tal período foi determinado com base na atualização do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos³, que ocorreu em 2006 (BRASIL, 2007).

O artigo conta ainda com a apresentação da categorização dos projetos e práticas mapeadas, sendo esta realizada com base na metodologia desenvolvida por Laurence Bardin. Quanto à seleção de tais projetos, contemplamos as divisões institucionais que a própria Universidade apresenta. Logo, analisamos a pesquisa com base nas produções científicas, considerando as dissertações e teses, artigos e livros publicados, bem como os grupos, laboratórios e núcleos de pesquisa.

Enquanto forma de organização, o artigo divide-se em três partes, para além desta introdução e considerações finais: I. a primeira parte busca apresentar uma breve contextualização acerca da EDH enquanto prática educativa; II. a segunda parte busca dissertar sobre o processo de criação da Uni-

3 A primeira versão do Plano foi lançada em 2003, mas uma nova versão foi instituída em 2006.

camp, estando alinhada ao objetivo deste artigo; e, III. a terceira parte será dedicada à apresentação do levantamento quantitativo e qualitativo sobre os projetos de pesquisa identificados.

A Educação em Direitos Humanos

A educação⁴, reconhecida como um dos direitos humanos, vem sendo compreendida como uma ferramenta fundamental para se obter o acesso ao conhecimento histórico dos direitos humanos, permitindo que a cultura de tais direitos seja transmitida de forma a alcançar uma transformação social local, integrando valores e noções relativas à cultura da paz, da tolerância e do respeito às diferenças. Dessa forma, a Educação em Direitos Humanos (EDH) tornou-se parte essencial do conjunto de direitos historicamente constituídos, estando incluída no próprio direito à educação (BRASIL, 2012).

Faz-se necessário destacar que tal direito está positivado em diversos documentos oficiais do Governo Federal brasileiro, bem como está presente em demais documentos do Sistema Internacional e Interamericano de Direitos Humanos. Seu processo constitutivo está diretamente relacionado às lutas pela redemocratização ocorridas nos países latino-americanos, enquanto forma de resistência aos regimes autoritários instituídos na segunda metade do século passado.

De acordo com Schilling (2005), assim como a trajetória histórica dos direitos humanos é classificada por “gerações”, a educação em direitos humanos também apresenta uma trajetória de pensamento que pode ser agrupada em três níveis. No primeiro, encontram-se a liberdade e a igualdade civis, sendo estas positivadas nas declarações de direitos, acompanhando também a noção da tolerância religiosa. O segundo nível diz respeito ao surgimento da noção de direito público, reconhecendo e legitimando os direitos contidos na filosofia das Luzes⁵. Quanto ao terceiro nível, emergem a partir de 1948, os direitos relativos a grupos sociais específicos, de modo a possibilitar o reconhecimento das diferenças, bem como sua valorização.

Quanto à conceituação, na perspectiva de Aguirre (S/D, p. 1),

Educar para os direitos humanos quer dizer educar para saber que existem também “os outros”, tão legítimos quanto nós, seres sociais

4 A educação é entendida neste trabalho nos termos de Benevides (1996, p. 225), enquanto uma “formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade, o que inclui também a noção de que o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas”. Reconhece-se, contudo, que tal processo é limitado, uma vez que não é capaz de modificar, por si só, a situação econômica e social das classes populares.

5 Movimento de ideias iluministas ocorrido no século XVIII.

como nós, a quem devemos respeitar, despojando-nos de nossos preconceitos e projeções de nossos próprios fantasmas etc. Educar para os direitos humanos quer dizer aceitar a pluralidade cultural e, ao mesmo tempo, educar na identidade, na semelhança fundamental que nos transforma a todos os irmãos. [...]. Educar para os direitos humanos é assumir o primeiro direito fundamental, sem o qual os outros não tem sentido, é o de ser pessoa. A educação levará a pessoa a ser, superando as concepções de comportamento ligadas ao ter e poder, e estabelecendo condutas que garantam aqueles direitos e deveres em virtude dos quais todo ser humano possa crescer em humanidade, ser mais, inclusive sem ter mais.

Visualiza-se, portanto, que a EDH fundamenta-se no reconhecimento, respeito, defesa e promoção desse conjunto de direitos, tendo como objetivo desenvolver máxima capacidade da pessoa humana como sujeitos de direitos, com apresentação de ferramentas e elementos que possam torná-los efetivos. No que diz respeito ao seu aspecto formativo, Magendzo (2006) destaca que a EDH parte do reconhecimento de dimensões históricas, políticas e sociais da própria educação, baseando-se em valores e princípios relacionados aos direitos humanos em sua plenitude, além da sua correlação com a democracia, o desenvolvimento e a paz. Compreende-se, assim, que o propósito maior em relação à EDH consiste em intervir na formação das pessoas em todas as suas dimensões, cooperando para seu desenvolvimento enquanto cidadão e, ao mesmo tempo, contribuindo com o reconhecimento de seus direitos e deveres (TAVARES, 2010).

Na perspectiva de Benevides (2003), a EDH está direcionada a uma mudança cultural local, baseando-se na transferência de valores através de uma educação permanente, continuada e global. Trata-se, segundo a autora, de uma formação baseada no respeito à dignidade da pessoa humana, estando orientada para “a mudança no sentido de eliminar tudo aquilo que está enraizado nas mentalidades por preconceitos, discriminação, não aceitação dos direitos de todos, não aceitação da diferença” (BENEVIDES, 2003, p. 1). No caso do Brasil, tais violações são agravadas devido a herança da escravidão, a qual era considerada como algo natural, permanecendo até os dias de hoje em forma de conduta e mentalidade. Segundo Pedrosa (1999), os estereótipos e descréditos dirigidos às mulheres, negros e índios durante o período colonial, servem até o presente, enquanto ideias-molde de perspectivas autoritárias, racistas e misóginas que ainda sobrevivem no contexto do país. Logo, tal processo educativo busca ser um instrumento que visa eliminar as deturpações existentes a respeito dos direitos humanos, como é o caso da identificação destes com os “direitos dos bandidos e infratores” e a visão limitada de que os direitos humanos se reduzem às liberdades individuais.

Em vista disso, cabe ressaltar três dimensões acerca da EDH: a primeira

refere-se à formação de sujeitos de direitos, de forma a articular as perspectivas da ética, político-social e práticas concretas; a segunda dimensão diz respeito à oportunização no processo de “empoderamento”, no sentido de proporcionar possibilidades e demonstrar a potência de cada ator social, especialmente àqueles que, historicamente, possuíram menos poder nas decisões e processos coletivos. E, quanto à terceira dimensão, refere-se à construção de sociedades democráticas, de forma a “educar para o nunca mais”, isto é, de modo a resgatar a memória histórica dos direitos humanos, rompendo com a cultura do silêncio e da impunidade; mantendo vivas as memórias relativas aos períodos autoritários, de torturas e perseguições políticas, de escravidões e genocídios, bem como de desaparecimentos e de colonizações. Tais dimensões se constituem no horizonte de sentido que perpassa o processo educativo da Educação em Direitos Humanos (CANDAUI, 2008).

Enquanto características centrais, destacam-se: I. diz respeito a uma educação necessariamente direcionada para a mudança; II. empenha-se para além da transmissão de conhecimentos, tendo em vista a manifestação e reiteração de valores e princípios relativos aos direitos humanos; III. deve ser trabalhada de modo ininterrupto, atingindo a totalidade dos níveis educacionais formais e informais; IV. trata-se de uma educação que compartilha de uma perspectiva que vai além da luta pelos próprios direitos, abrangendo o reconhecimento e a relevância da luta pelos direitos dos outros, reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos (BENEVIDES, 2003). Em outros termos, consiste em um processo educativo que visa romper com estereótipos, preconceitos, discriminações e violações de direitos, devendo se constituir enquanto uma prática presente em todos os níveis da educação, sendo este o espaço de formação em direitos humanos.

Apesar de limitada a seu local de promoção, bem como à sua potencialidade em realizar mudanças estruturais na sociedade, a EDH deve ser compreendida enquanto um processo educativo capaz de prevenir violações, bem como de informar e fazer conhecer os direitos pelos quais todos somos sujeitos. Assim, trata-se de um compromisso pelo qual todos os níveis da educação formal devem se empenhar em realizar, através de metodologias participativas que traduzam os princípios dos direitos humanos, abordando de forma transversal e interdisciplinar sua variedade de temas.

Um panorama sobre a Unicamp e os direitos humanos

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fundada oficialmente em 5 de outubro de 1966, se auto considera enquanto uma instituição jovem

que conquistou uma forte tradição e excelência no ensino, pesquisa e extensão⁶. Trata-se de uma autarquia de regime especial, que se configura como uma instituição pública dotada de autonomia política, administrativa, didática e científica em relação ao Estado, estando vinculada ao governo do Estado de São Paulo.

A Universidade, criada durante o período ditatorial, é um dos frutos da Reforma do Ensino Superior de 1968, a qual pressupunha um modelo de modernização universitária que buscava privilegiar na “estrutura seletiva, acadêmica e socialmente, o atendimento da crescente demanda por acesso ao ensino superior” e que, devido à retração do ensino público de modo geral, tal Reforma também foi responsável pelo surgimento do ensino superior privado de perfil empresarial (MARTINS, 2009, p. 15).

Faz-se necessário destacar que, neste período ditatorial de grandes violações dos direitos humanos, a Unicamp, assim como demais universidades públicas como a USP e a UnB, em especial, não foi poupada de atos de vigilância, controle, repressão e terror, os quais se instalaram por todo o campus durante todo o período militar através do clima de medo e perseguição, conforme demonstra o relatório final da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” (UNICAMP, 2015). De acordo com tal documento, um dos principais instrumentos repressivos direcionados à área educacional foi o Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, o qual traduzia em seus primeiros artigos os poderes relativos à intimidação de professores, alunos e funcionários das universidades e demais instituições de ensino.

Assim, utilizando-se tanto das normas institucionais quanto do terrorismo do Estado, a ditadura militar semeava, nas universidades e por todo o tecido social, o medo através de seus aparatos repressivos. Havia ainda o Serviço Nacional de Informações (SNI), que controlava uma rede de informações, informantes e infiltrados policiais em todas as instituições públicas, tendo como os estudantes universitários os primeiros de sua lista (UNICAMP, 2015). Dessa forma, como demonstra Toledo (2015, p. 12), durante tal período “a Unicamp não foi uma ilha”: professores da comunidade acadêmica foram ameaçados de morte; um deles, preso e torturado; e, em relação aos estudantes, alguns foram presos e torturados durante os anos 1970.

Após a redemocratização, vestígios da ditadura ainda podem ser encontrados na Universidade, como o próprio estatuto universitário vigente⁷, que apesar de tentar preservar um ideal humanista, pouco mudou desde o regime militar.

A Unicamp conta com 37.494 alunos, sendo estes matriculados em 66

6 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/node/64>. Acesso em: 2 nov. 2018.

7 Durante a realização dessa pesquisa, o Estatuto da Unicamp foi revisto, buscando alterar os vestígios de diretrizes ditatoriais e repressivas.

cursos de graduação e 154 programas de pós-graduação⁸. Tais cursos são oferecidos nos campi dos municípios de Campinas, Limeira e Piracicaba⁹. Quanto à sua organização – política, administrativa, didática e de pesquisa -, a Unicamp “é constituída por Institutos e por Faculdades definidos pelo conjunto de seus Departamentos, pelo Hospital de Clínicas e pelos Órgãos Complementares” (UNICAMP, 2015, p. 1). Estes órgãos são destinados aos assuntos político-administrativos, como a reitoria e as pró-reitorias, diretorias e demais repartições; também podendo se constituir como órgãos complementares destinados ao apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, como por exemplo, os laboratórios, centros e núcleos de pesquisa e extensão, e a biblioteca central (UNICAMP, 2015).

Para além destas estruturas, há diversos conselhos e comissões, de variados níveis, que são incumbidos pela elaboração de normas e aprovação de políticas institucionais da Universidade. Como exemplo, citam-se as comissões/conselhos de ensino (graduação), pesquisa (pós-graduação) e extensão, sendo esta última composta principalmente por docentes, contando também com representantes de funcionários e discentes. Em relação ao principal órgão deliberativo, tem-se a Congregação, que se constitui de membros docentes, discentes e de funcionários técnicos e administrativos (UNICAMP, 2015).

Quanto à coordenação e o estímulo às atividades de ensino, pesquisa e extensão, temos a Pró-Reitoria de Graduação (PRG), a Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), respectivamente. Especificamente sobre a PRP, esta considera em seu site institucional que a Universidade possui uma grande tradição em pesquisa, sendo responsável por cerca de 8% de toda a produção científica brasileira.

Assim, em relação à PRP, esta está incumbida em estabelecer uma política científica na Universidade, por meio do incentivo à implementação de ações e condições necessárias à realização da pesquisa, considerando-se todas as áreas do conhecimento. E, quanto à PROEC, tem como missão a coordenação e estímulo às atividades de extensão e cultura que, através do diálogo permanente, tenham aplicação nas comunidades da Região Metropolitana de Campinas (RMC), assim como em demais localidades.

Entretanto, hoje, a Unicamp possui estruturas que também devem ser vistas como responsáveis em relação ao estímulo à produção de conhecimento e extensão em direitos humanos e em educação em direitos humanos na Universidade, haja vista suas finalidades.

Especificamente aos compromissos relativos à pauta dos direitos humanos, especial destaque se dá às iniciativas de gestão que se encontram no

8 Dados do Anuário Estatístico 2018, base 2017.

9 Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/alunos>. Acesso em: 2 nov. 2018.

quadro abaixo. Tais ações representam parte daquilo que foi ou vem sendo realizado na Unicamp sobre a temática proposta durante o seu período de funcionamento. Para além destas, também podem ser destacadas a criação do Ambulatório de Gênero na Infância; o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – CAISM; a Central de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais – TILS; os Comitês de Ética Científica; o Centro de Integração e Inclusão Social – CIIS Guanabara; o Programa de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Sexual; o Serviço de Apoio ao Estudante – SAE; o Serviço de Assistência Psicológica e Psiquiátrica ao Estudante – SAPPE; e os Grupos de Trabalho que tratam sobre temas relativos ao assédio, inclusão e boas práticas científicas, dentre outras.

Em relação à adesão ao “Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos”, esta foi realizada em 19 de outubro de 2017 pelo então reitor Marcelo Knobel, em conjunto com a assinatura da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados¹⁰ (ACNUR/ONU). A partir disso, uma série de ações passaram a ser planejadas e realizadas, incluindo a submissão de um projeto ao edital nº 38/2017, lançado em agosto deste mesmo ano, por meio de uma parceria entre a Fundação Capes e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação. O edital tinha como objetivo estimular e fomentar projetos dedicados à temática da “Educação em Direitos Humanos e Diversidades” no âmbito das Instituições de Ensino Superior, contemplando diferentes modalidades de apoio, como bolsas de iniciação científica, mestrado e pós-doutorado (BRASIL, 2017). Nesta oportunidade, foi proposta a criação de um Observatório dos Direitos Humanos e Diversidades da Unicamp.

Quadro 1 - Iniciativas e ações de gestão em direitos humanos na Unicamp

| Ano | Unidade | Nome do Projeto | Resumo |
|------|---------------------------|---|--|
| 2004 | Pró-Reitoria de Graduação | Criação do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social - PAAIS | Constituiu-se enquanto o primeiro programa de ações afirmativas sem cotas implantado em uma universidade brasileira. Com o objetivo de ampliar a inclusão social de alunos nos cursos de graduação, o Programa possibilita a adição de pontos à nota dos candidatos no vestibular. |
| 2007 | Reitoria | Grupo de trabalho para elaborar proposta de política e programa da Unicamp para questões de discriminação, assédio sexual e preconceito | GT para elaboração de proposta de política e programa da Universidade para questões de discriminação, assédio e violência sexual e preconceito. Solicitação encaminhada pelo Coletivo Feminista da Unicamp. |

10 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/10/19/unicamp-assina-catedra-para-refugiados-e-pacto-universitario-em-direitos>. Acesso em: 26 nov. 2018.

| | | | |
|------|--------------------|--|--|
| 2011 | Reitoria | Criação do Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS) | Trata-se de um programa direcionado aos estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas de Campinas/SP. Para cada escola pública de ensino médio do município é garantida uma vaga. Concluído o ProFIS, o aluno pode ingressar, sem vestibular, em um curso de graduação da Unicamp. |
| 2013 | Reitoria | Criação da Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" | A Comissão tinha como objetivo promover o esclarecimento dos fatos e circunstâncias das violações de direitos humanos praticadas contra docentes, discentes e funcionários da Universidade durante o regime militar (1964-1985). O relatório final dos trabalhos da Comissão foi divulgado em 1º de abril de 2015. |
| 2016 | Biblioteca Central | Construindo a diferença com a diferença: cartilha de acessibilidade - Ciência e Arte nas Férias | Construção de uma cartilha de acessibilidade às pessoas com deficiência da comunidade interna e externa à Unicamp |
| 2016 | Reitoria | Adesão ao Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos | O Pacto tem como objetivo fomentar a elaboração, implementação, monitoramento e disseminação de atividades e projetos que se direcionam à promoção e defesa dos direitos humanos fundamentais, como forma de fortalecer a prática da EDH nas Instituições de Ensino Superior nas esferas do ensino, pesquisa, extensão, gestão e convivência universitária e comunitária. |
| 2017 | Reitoria | Grupo de Trabalho responsável por elaborar proposta de política para combater discriminação de gênero, assédio e violência sexual na Unicamp | Grupo de Trabalho responsável por elaborar proposta de política para combater discriminação de gênero, assédio e violência sexual na Unicamp. |
| 2017 | Reitoria | Cátedra Sérgio Vieira de Melo dos Refugiados ONU/ Unicamp | Para além de difundir o ensino universitário sobre temas relacionados ao refúgio, a Cátedra também visa promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro desta temática. O trabalho direto com os refugiados em projetos comunitários também é definido como uma grande prioridade. |
| 2017 | Reitoria | Aprovação das Cotas Étnico-Raciais na Unicamp | Adoção de um sistema de cotas étnico-raciais que reserva 25% das vagas disponíveis para candidatos autodeclarados pretos e pardos e a criação do Vestibular Indígena. |
| 2018 | Reitoria | Criação do Observatório de Direitos Humanos e Diversidades da Unicamp | O Observatório dos Direitos Humanos da Unicamp é um ambiente virtual (site) de referenciamento de todas as pesquisas, atividades de ensino, extensão e gestão realizadas pela universidade no campo dos direitos humanos. Seu objetivo é oferecer apoio à divulgação das atividades desenvolvidas por iniciativa de diferentes unidades, grupos de pesquisa e pesquisadores, realizar ações educativas segundo as diretrizes nacionais e internacionais de educação em Direitos Humanos e servir de canal de comunicação com a comunidade interna e externa. |

Fonte: elaboração própria a partir da base de dados do Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ).

Em relação à adesão ao "Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos", esta foi realizada em 19 de outubro de 2017 pelo então reitor Marcelo Knobel, em conjunto

com a assinatura da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR/ONU). A partir disso, uma série de ações passaram a ser planejadas e realizadas, incluindo a submissão de um projeto ao edital nº 38/2017, lançado em agosto deste mesmo ano, por meio de uma parceria entre a Fundação Capes e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação. O edital tinha como objetivo estimular e fomentar projetos dedicados à temática da “Educação em Direitos Humanos e Diversidades” no âmbito das Instituições de Ensino Superior, contemplando diferentes modalidades de apoio, como bolsas de iniciação científica, mestrado e pós-doutorado (BRASIL, 2017). Nesta oportunidade, foi proposta a criação de um Observatório dos Direitos Humanos e Diversidades da Unicamp.

Apesar da não aprovação de projetos Unicamp no edital, a institucionalização do Observatório¹¹ passou a ser a principal ação concretizada no âmbito da administração central da Universidade. Refere-se, nesse sentido, de uma iniciativa recente que pode se constituir enquanto objeto de pesquisa para futuros estudos¹². Assim, de modo geral, no âmbito da educação em direitos humanos, pode-se dizer que tais ações e atividades são estímulos às discussões relativas aos direitos humanos, bem como iniciativas que promovem o evidenciamento e recuperação de uma memória social e histórica que ainda permanecem precárias. Trata-se, portanto, de uma universidade de pesquisa que tem muito a contribuir para com a EDH, mas que em matéria de políticas institucionais específicas em DH, considerando-se ainda seu estatuto vigente, está engatinhando.

A produção de conhecimento em EDH na Unicamp

Esta seção tem como objetivo apresentar o cenário dos direitos humanos e da educação em direitos humanos na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a perspectiva da produção de conhecimentos. Assim, enquanto fontes de dados para o levantamento dos projetos de pesquisa desenvolvidos, têm-se: 1. Sites dos Institutos e Faculdades da Unicamp; 2. Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ); 3. Portal do Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU); 4. Anuário de Pesquisa da Unicamp; e 5. Sistema de Informação de Pesquisa e Extensão da Unicamp (SIPEX). Após a identificação das fontes de dados e, para a realização do levantamento destes projetos, foram utilizadas as

11 Portaria GR nº 19/2018, de 15. 03. 2018.

12 Optou-se pela não realização de uma descrição e análise densa das atividades do Observatório pois este se encontra em processo de constituição e institucionalização.

palavras-chave presentes no quadro abaixo. Estas foram determinadas de acordo com os princípios e diretrizes dos documentos oficiais do Governo Federal que tratam diretamente sobre a educação em direitos humanos, bem como através da literatura consultada sobre o tema. Faz-se necessário destacar que a escolha de tais palavras foi realizada de modo a contemplar variados temas relativos aos direitos humanos, atribuindo especial atenção à própria EDH e aos fenômenos decorrentes da violação de tais direitos¹³.

Quadro 2 - Palavras-chave para o levantamento dos projetos de pesquisa

| Palavras-chave principais | Palavras-chave secundárias | | | | |
|---|--|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| | | | | | |
| Democracia | Cidadania | Direitos e deveres | Inclusão social | - | - |
| Democracia da educação | Acesso e permanência | Acessibilidade | - | - | - |
| Direito à cidade | Direito à moradia | Direito ao transporte público | Diversidades e regionalidade | - | - |
| Direito à justiça | Direito à verdade | Direito à memória | - | - | - |
| Direito a migrar | Direito de asilo | Proteção dos refugiados | - | - | - |
| Direito ao meio ambiente | Educação socio-ambiental | - | - | - | - |
| Direito das crianças e dos adolescentes | Direito à convivência familiar e comunitária | Direito ao esporte e ao lazer | - | - | - |
| Direitos civis | Direito à liberdade | - | - | - | - |
| Direitos culturais | Multiculturalismo | Diversidade cultural | Direito à diversidade religiosa | - | - |
| Direitos econômicos | Direito ao desenvolvimento | Direito ao trabalho | Direito à profissionalização | Combate ao trabalho escravo | Distribuição de renda |
| Direitos humanos | Direitos fundamentais | Dignidade humana | Dignidade da pessoa humana | Sujeito de direitos | Direitos e garantias fundamentais |
| Direitos políticos | Direito a votar e ser votado | - | - | - | - |

13 A intenção desta pesquisa exploratória foi realizar um mapeamento abrangente daquilo que foi desenvolvido sobre direitos humanos e EDH na Unicamp. Dessa forma, optou-se por escolher palavras-chave genéricas que apresentassem a produção de conhecimento nesta área, bem como os fenômenos decorrentes da violação de tais direitos. Assim, ao se buscar pelas palavras “preconceitos/discriminações”, por exemplo, já foi possível identificar produções relativas à temática de “raça/racismo”. O mesmo ocorre com a palavra “violência/violações”. Contudo, instiga-se que demais pesquisas sejam realizadas nesta área, com vistas a contemplar demais temas específicos e relativos aos direitos humanos.

| | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------|-------------------------------|
| Direitos sociais | Direito à educação | Direito à cultura | Direito à saúde | Direito à alimentação | – |
| Diversidades e diferenças geracionais | Direitos da pessoa idosa | Direitos das pessoas com deficiência | – | – | – |
| Educação em direitos humanos | Educação para os direitos humanos | Educação e direitos humanos | Cultura da paz | – | – |
| Gênero e diversidades | Direitos humanos das mulheres | Discriminação contra a mulher | Violência contra a mulher | Direitos LGBT | Direito à vida |
| Igualdade de direitos | Direito à igualdade | Direito à diferença | Igualdade social | Igualdade regional | – |
| Laicidade do Estado | Estado laico | – | – | – | – |
| Violações de direitos | Direitos violados | Combate às violações | Preconceitos | Discriminações | Prevenção e combate à tortura |

Fonte: elaboração própria

Destaca-se que, após o levantamento dos dados, foi realizada uma interpretação e análise dos projetos identificados à luz do debate teórico, permitindo traçar uma perspectiva mais abrangente da realidade posta, sendo realizada com base em categorias analíticas extraídas, tanto através do eixo referente ao Ensino Superior do PNEHD e aos princípios contidos nas DNEHD, quanto da própria literatura consultada. A análise categorial, segundo Bardin (2004), trata-se de uma técnica cronologicamente antiga, sendo a mais utilizada. Esta atua através do desdobramento do texto-base em categorias conforme “reagrupamentos analógicos”; em outras palavras, diz respeito a uma investigação temática. Segundo a mesma autora, o principal objetivo da categorização consiste em fornecer, através de uma condensação, um retrato simplificado dos dados levantados:

As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos [...]. Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros (BARDIN, 2004, p. 145-148).

Assim, a categorização realizada se constitui enquanto um processo de investigação estruturalista, sendo este realizado a partir de duas etapas: a primeira delas referiu-se ao que Bardin denomina como “inventário”, a qual consiste no levantamento e isolamento dos elementos; e, a segunda etapa tratou-se da “classificação”, que se refere à repartição dos elementos por meio de uma organização categorial (BARDIN, 2004). Logo, com base nos documentos e literatura supracitada, foram elaboradas as seguintes categorias:

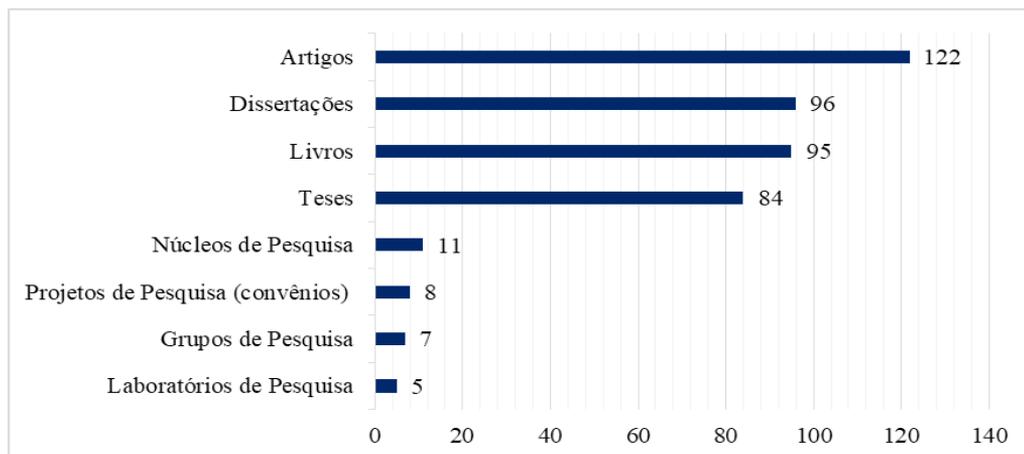
Quadro 3 - Categorias analíticas dos projetos de pesquisa

| Categorias analíticas /Áreas temáticas | Descrição |
|---|--|
| 1. Direito à cidade | Projetos que contemplam temas como o direito à moradia, à mobilidade urbana e à ocupação de espaços públicos. |
| 2. Direito à educação | Projetos que contemplam temas como o acesso à educação pública, à permanência e à inclusão escolar. |
| 3. Direito à saúde | Projetos que contemplam temas como o acesso à saúde física e mental. |
| 4. Direito ao meio ambiente | Projetos que contemplam temas como o direito à preservação do meio ambiente sadio, à educação socioambiental e à sustentabilidade. |
| 5. Direitos civis | Projeto que contemplam temas como o direito à liberdade de expressão e de ordem privada. |
| 6. Direitos culturais e geracionais | Projetos que contemplam temas como a preservação das heranças culturais, o multiculturalismo e as relações entre sujeitos de diferentes gerações. |
| 7. Direitos humanos e relações | Projetos que contemplam temas como o direito à migração, os tratados internacionais de direitos humanos e as relações relativas aos conflitos internacionais |
| 8. Direitos humanos, justiça e memória | Projetos que contemplam temas como a memória ditatorial, a relação entre direitos humanos e o Poder Judiciário e o enfrentamento às violações de direitos. |
| 9. Direitos políticos | Projetos que contemplam temas como o direito ao voto e de ser votado, o direito à democracia e à participação social. |
| 10. Gênero, classe e raça | Projetos que contemplam temas como identidades, discriminações, desigualdades e ações afirmativas. |
| 11. Laicidade do Estado | Projetos que contemplam temas como a relação entre Estado e religião. |
| 12. Tecnologia, produção e trabalho | Projetos que contemplam temas como a geração e distribuição de renda, a autonomia econômica, a pobreza e o trabalho. |

Fonte: elaboração própria.

A partir destas e, seguindo a metodologia da análise de conteúdo concebida por Bardin (2004), foi possível a categorização dos projetos de pesquisa desenvolvidos na Unicamp. Faz-se necessário destacar que, no âmbito da análise qualitativa, daremos maior ênfase aos projetos e práticas que foram considerados pertencentes à área da educação em direitos humanos. Logo, considerando o exposto e o período consultado (2006 a 2017) tem-se a identificação de um total de 428 produções relativas às dissertações e teses, artigos e livros publicados, laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa, assim como projetos de pesquisa que contam com convênios externos à Universidade, conforme podem ser visualizados no gráfico 1. A apresentação e identificação destas produções será realizada a seguir.

Gráfico 1 - Projetos de pesquisa em DH e EDH identificados na Unicamp (2006-2017)



Fonte: elaboração própria.

Especificamente em relação às dissertações e teses, identificamos um total de 180 pesquisas desenvolvidas durante o período consultado. Verifica-se, desse modo, através do gráfico 2, uma concentração da produção nas unidades das áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, como é o caso do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Faculdade de Educação (FE) e Instituto de Economia (IE), respectivamente. De forma menos significativa, apresentam-se algumas produções nas unidades das ciências exatas, como o Instituto de Geociências (IG), Faculdade de Tecnologia (FT), Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) e Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC), respectivamente.

Demais unidades como o Instituto de Biologia (IB), Instituto de Física (IFGW), Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (IMECC), Instituto de Química (IQ), Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA), Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC), Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM) e Faculdade de Engenharia Química (FEQ) não apresentaram a produção de dissertações e teses em direitos humanos e/ou em educação em direitos humanos no período consultado. Neste sentido, verifica-se que os cursos das áreas das ciências humanas e sociais apresentam maior produção acadêmica em relação à temática proposta se comparado aos cursos das áreas das ciências exatas, tornando-se uma constante no âmbito da pesquisa e da extensão, conforme ainda veremos no decorrer deste capítulo.

Quanto à distribuição de dissertações e teses nas unidades identificadas, verifica-se um certo equilíbrio na quantidade produzida em cada nível de ensino (mestrado e doutorado), representando, em algumas situações, a con-

tinuidade da pesquisa desenvolvida. Em relação à disposição de tais pesquisas por ano, verifica-se a ausência de dissertações e teses durante alguns anos em determinadas unidades e o predomínio constante em outras. Como exemplos do primeiro caso, citam-se a Faculdade de Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Odontologia de Piracicaba e Instituto de Computação; e, no segundo caso, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Educação, Instituto de Economia e Instituto de Estudos da Linguagem, respectivamente. Estas últimas unidades, como já visualizado anteriormente, apresentam as maiores quantidades de produção de conhecimento em direitos humanos e/ou EDH identificadas.

Tabela 1 - Dissertações e teses por ano, segundo a unidade de vinculação (2006-2017)

| Unidade | Ano | | | | | | | | | | | Total geral | |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------------|------|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | | 2017 |
| Instituto de Artes | - | - | - | - | 1 | - | 1 | - | 2 | - | - | - | 4 |
| Instituto de Computação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Instituto de Economia | 5 | 1 | - | 3 | 3 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | - | 2 | 20 |
| Instituto de Estudos da Linguagem | - | 1 | 1 | 3 | - | - | 1 | - | - | 1 | 1 | 1 | 9 |
| Instituto de Filosofia e Ciências Humanas | 2 | 4 | 4 | 6 | 6 | 6 | 9 | 9 | 8 | 7 | 8 | 6 | 75 |
| Instituto de Geociências | 1 | - | 1 | - | - | 1 | - | - | - | - | 2 | 3 | 8 |
| Faculdade de Ciências Aplicadas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 | 2 |
| Faculdade de Ciências Médicas | - | 3 | - | - | 1 | 1 | 1 | - | - | 3 | 3 | 1 | 13 |
| Faculdade de Educação | - | 1 | 4 | 5 | - | 4 | 7 | 5 | 4 | 2 | 3 | 1 | 36 |
| Faculdade de Engenharia Agrícola | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Faculdade de Educação Física | - | 1 | - | 1 | 1 | - | 1 | - | - | - | - | - | 4 |
| Faculdade de Enfermagem | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 2 | - | - | - | 3 |
| Faculdade de Odontologia de Piracicaba | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Faculdade de Tecnologia | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 | - | 2 |
| Total geral | 8 | 11 | 11 | 18 | 12 | 13 | 23 | 16 | 17 | 16 | 19 | 16 | 180 |

Fonte: elaboração própria.

Com referência à categorização de tais pesquisas, têm-se a predomi-

nância de temas como “gênero, classe e/ou raça” (54 pesquisas), “direitos humanos, justiça e memória” (25 p.), “tecnologia, produção e trabalho” (24 p.) e, “direito à educação” (21 p.), respectivamente. Demais temas também estão presentes no levantamento, conforme descrito na tabela 2. Há, ainda, a categorização das pesquisas sendo estas pertencentes à área dos direitos humanos (175 p.) e aquelas que dizem respeito sobre a temática da educação em direitos humanos (5 p.). Ressalta-se que o critério para a classificação dos projetos e práticas extensionistas como “EDH” foi a demonstração do foco na questão da formação educativa dos sujeitos.

Tabela 2 - Categorização das dissertações e teses por tema (2006-2017)

| Categorias / Temas | Total Geral | DH | EDH |
|--|--------------------|-----------|------------|
| Direito à cidade | 12 | 12 | - |
| Direito à educação | 21 | 19 | 2 |
| Direito à saúde | 9 | 9 | - |
| Direito ao meio ambiente | 5 | 2 | 3 |
| Direitos civis | 1 | 1 | - |
| Direitos culturais e geracionais | 8 | 8 | - |
| Direitos humanos e relações internacionais | 15 | 15 | - |
| Direitos humanos, justiça e memória | 25 | 25 | - |
| Direitos políticos | 3 | 3 | - |
| Gênero, classe e raça | 54 | 54 | - |
| Laicidade do estado | 3 | 3 | - |
| Tecnologia, produção e trabalho | 24 | 24 | - |
| Total geral | 180 | 175 | 5 |

Fonte: elaboração própria.

Em relação às cinco teses e dissertações em EDH, temos a predominância do tema “direito ao meio ambiente” (3 p.), em que o foco se dá sobre o estudo da formação de professores e estudantes, bem como da comunidade local, enquanto multiplicadores comprometidos com a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade. Tratam-se de pesquisas desenvolvidas na Faculdade de Tecnologia (FT) e no Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, sendo 2 dissertações e 1 tese de doutorado.

Verifica-se, a partir de tais pesquisas, que o tema relativo à EDH é passado de forma direta e indireta, a depender do objetivo traçado pelo autor. No âmbito do “direito à educação”, nota-se maior correspondência em relação à EDH, enquanto que, no tema do “direito ao meio ambiente”, tratam de forma mais indireta. Apesar disso, em relação às pesquisas encontradas na área, estas condizem com aquilo que fora apresentado na primeira seção deste artigo, em

que o foco se dá sobre as ações de pesquisa relativas ao ensino e à promoção de valores relativos aos direitos humanos, à diversidade e à educação.

No que concerne aos artigos e livros, têm-se um total de 217 produções. Tais publicações, conforme pode ser visto na tabela 3, se intensificam conforme o passar dos anos, havendo também, a contemplação de diferentes temáticas relativas aos DH e à EDH, podendo ser observado na tabela 4.

Tabela 3 - Artigos e livros publicados sobre DH e EDH por ano (2006-2017)

| Tipo | Anos | | | | | | | | | | | | Total geral |
|-------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------------|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | |
| Artigo | 4 | 2 | 3 | 3 | 7 | 2 | 9 | 8 | 16 | 15 | 29 | 24 | 122 |
| Livro | 4 | 1 | 5 | 5 | 4 | 4 | 2 | 15 | 12 | 9 | 16 | 18 | 95 |
| Total geral | 8 | 3 | 8 | 8 | 11 | 6 | 11 | 23 | 28 | 24 | 45 | 42 | 217 |

Fonte: elaboração própria.

As principais temáticas se referem às questões de “gênero, classe e/ou raça” (90 artigos e livros), “tecnologia, produção e trabalho” (32 art./liv.), “direito à educação” (27 art./liv.), “direitos humanos, justiça e memória” (25 art./liv.), e “direitos humanos e relações internacionais” (21 art./liv.), respectivamente. Em relação à produção específica sobre a EDH, têm-se um total de 6 artigos/livros, contemplando os temas relativos ao “direito à educação” (3 art./liv.), “gênero, classe e raça” (2 art./liv.) e “direito ao meio ambiente” (1 art./liv.).

Tabela 4 - Categorização dos artigos e livros por tema (2006-2017)

| Categorias/Temas | Total geral | DH | EDH |
|--|-------------|----|-----|
| Direito à cidade | 2 | 2 | - |
| Direito à educação | 28 | 25 | 3 |
| Direito à saúde | 4 | 4 | - |
| Direito ao meio ambiente | 1 | - | 1 |
| Direitos civis | 2 | 2 | - |
| Direitos culturais e geracionais | 9 | 9 | - |
| Direitos humanos e relações internacionais | 21 | 21 | - |
| Direitos humanos, justiça e memória | 25 | 25 | - |

| | | | |
|---------------------------------|------------|------------|----------|
| Direitos políticos | 3 | 3 | - |
| Gênero, classe e raça | 90 | 88 | 2 |
| Laicidade do Estado | - | - | - |
| Tecnologia, produção e trabalho | 32 | 32 | - |
| Total geral | 217 | 211 | 6 |

Fonte: elaboração própria.

Em relação à produção relativa ao “direito à educação”, identificam-se estudos relativos ao ensino da filosofia e sua ligação com a cidadania, bem como estudos relativos à própria educação em direitos humanos. No que se refere à temática de “gênero, classe e raça”, temos as questões de gênero e suas desigualdades no âmbito escolar e, com relação ao “direito ao meio ambiente”, a ligação entre a educação ambiental e a promoção da dignidade da pessoa humana.

Para além de tais pesquisas e produções acadêmicas, foi possível realizar a identificação de laboratórios, grupos e núcleos de pesquisa que tratam direta e indiretamente sobre direitos humanos e EDH, como já mencionado anteriormente. Verifica-se, desse modo, sua distribuição por unidade no quadro abaixo¹⁴, o qual apresenta uma maior predominância de tais grupos nas unidades que também possuem uma maior quantidade de produção de dissertações e teses sobre esta temática, são elas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Faculdade de Educação.

Especificamente em relação aos grupos/laboratórios categorizados como EDH, destacam-se três: I. o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED), que tem como objetivo o planejamento e execução de atividades e projetos que visam “eliminar barreiras educacionais que excluem crianças e jovens das escolas [...], concretizar uma educação pautada no direito à diferença; fomentar novas perspectivas da educação comum e especial”, com foco sobre os princípios dos direitos humanos e da inclusão e, “propor e desenvolver projetos educacionais a partir de propostas originais e polêmicas”¹⁵; II. o Grupo de Estudos Educação para a Paz e Tolerância (GEE-PAZ), que visa “desenvolver, incentivar e orientar estudos, pesquisas e programas em Psicologia Genética, bem como estabelecer e divulgar diretrizes e critérios que orientem profissionais da Educação em suas atividades escolares de modo que sejam adequadas e comprometidas com a Educação para a Paz

14 Ressalta-se que, alguns dos laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa identificados, foram criados em outros períodos para além daquele consultado, ou seja, alguns desses já existiam anteriormente à 2006.

15 A categorização foi realizada conforme os temas das linhas de pesquisa, no entanto, se reconhece que cada núcleo, centro e laboratório de pesquisa contemplam outros temas relativos aos direitos humanos, em especial no que se refere ao NEPO e NEPP, os quais também atribuem maior foco sobre as questões relativas às políticas públicas.

e a Tolerância”¹⁶; e, III. o Laboratório de Pesquisa e Extensão EcoEdu Ambiental (EcoEdu Ambiental), que tem “como objetivo, através da educação ambiental, ajudar no processo de inclusão social e na melhoria da educação no país”¹⁷.

Quadro 4 - Grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa da Unicamp

| Unidade vinculada | Grupo / Núcleo/Laboratório de Pesquisa | Categorização / Tema ¹⁵ | DH | EDH |
|--------------------------------------|--|-------------------------------------|----|-----|
| - | Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO) | Direito à cidade | X | |
| - | Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) | Direito à cidade | X | |
| - | Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) | Direitos humanos, justiça e memória | X | |
| - | Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) | Direito ao meio ambiente | X | |
| Faculdade de Ciências Aplicadas | Laboratório de Promoção e Educação em Saúde (LAPES) | Direito à saúde | X | |
| Faculdade de Ciências Aplicadas | Laboratório de Estudos do Setor Público (LESP) | Tecnologia, produção e trabalho | X | |
| Faculdade de Ciências Aplicadas | Laboratório de Ergonomia, Saúde e Trabalho (ERGOLAB) | Direito à saúde | X | |
| Faculdade de Educação | Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED) | Direito à educação | | X |
| Faculdade de Educação | Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sociocultural (GEPEDISC) | Direito à educação | X | |
| Faculdade de Educação | Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sexualidade Humana (GEISH) | Direito à saúde | X | |
| Faculdade de Educação | Grupo de Estudos Educação para a Paz e Tolerância (GEEPAAZ) | Direito à educação | | X |
| Faculdade de Engenharia de Alimentos | Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA) | Direito à saúde | X | |
| Faculdade de Educação Física | Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Violências (GEPEVS) | Direitos humanos, justiça e memória | X | |
| Faculdade de Educação Física | Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEPL) | Direito à saúde | X | |
| Faculdade de Tecnologia | Laboratório de Pesquisa e Extensão EcoEdu Ambiental (EcoEdu Ambiental) | Direito ao meio ambiente | | X |
| Instituto de Economia | Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR) | Tecnologia, produção e trabalho | X | |

16 Disponível em: <https://www.leped.fe.unicamp.br/apresentacao>. Acesso em: 16 nov. 2018.

17 Disponível em: http://www.geepaz.com.br/?page_id=6. Acesso em: 16 nov. 2018.

18 Disponível em: <https://www.ft.unicamp.br/pt-br/laboratorio/ecoedu-ambiental>. Acesso: em 16 nov. 2018.

| | | | | |
|---|--|--|-----------|----------|
| Instituto de Economia | Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) | Tecnologia, produção e trabalho | X | |
| Instituto de Filosofia e Ciências Humanas | Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU) | Gênero, classe e raça | X | |
| Instituto de Filosofia e Ciências Humanas | Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional | Direitos humanos e relações internacionais | X | |
| Instituto de Filosofia e Ciências Humanas | Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI) | Direitos humanos e relações internacionais | X | |
| Instituto de Filosofia e Ciências Humanas | Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) | Direitos culturais e geracionais | X | |
| Instituto de Filosofia e Ciências Humanas | Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) | Direitos humanos e relações internacionais | X | |
| Reitoria da Unicamp | Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) | Direito à educação | X | |
| Total geral | | | 20 | 3 |

Fonte: elaboração própria.

A partir do exposto e de modo a sistematizar a categorização dos projetos de pesquisa – considerando as dissertações e teses, artigos e livros, bem como projetos de pesquisa conveniados e centros, núcleos e laboratórios de pesquisa –, temos a condensação do seguinte material na tabela 7.

Tabela 5 - Categorização dos projetos de pesquisa em DH e EDH da Unicamp (2006-2017)

| Categorias / Temas | Total geral | DH | EDH |
|--|--------------------|------------|------------|
| Direito à cidade | 16 | 16 | - |
| Direito à educação | 55 | 48 | 7 |
| Direito à saúde | 19 | 19 | - |
| Direito ao meio ambiente | 8 | 3 | 5 |
| Direitos civis | 3 | 3 | - |
| Direitos culturais e geracionais | 18 | 18 | - |
| Direitos humanos e relações internacionais | 39 | 39 | - |
| Direitos humanos, justiça e memória | 52 | 52 | - |
| Direitos políticos | 6 | 6 | - |
| Gênero, classe e raça | 148 | 145 | 3 |
| Laicidade do Estado | 3 | 3 | - |
| Tecnologia, produção e trabalho | 61 | 61 | - |
| Total geral | 428 | 413 | 15 |

Fonte: elaboração própria.

Verifica-se, a partir da tabela acima, que a maioria dos projetos de pesquisa em direitos humanos identificados neste levantamento se referem às categorias de “gênero, classe e raça” (145 pesquisas), “tecnologia, produção

e trabalho” (61 p.), “direito à educação” (48 p.) e, “direitos humanos, justiça e memória” (52 p.). No âmbito da educação em direitos humanos, destacam-se as temáticas do “direito à educação” (7 p.) e “direito ao meio ambiente” (5 p.) e “gênero, classe e raça” (3 p.), respectivamente. Assim, após a apresentação dos dados identificados, pode-se dizer que no decorrer do período e fontes consultadas, não foi possível localizar uma pesquisa específica com os termos “educação em/para os direitos humanos” no âmbito da Unicamp.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar um panorama geral sobre a produção de conhecimento em direitos humanos e em Educação em Direitos Humanos na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Logo, reconhecesse que um dos compromissos a serem assumidos pela Universidade refere-se à incorporação da EDH no âmbito dos Projetos Político-Pedagógicos, projetos de pesquisa e práticas extensionistas. Enquanto resultados obtidos a partir do levantamento realizado, tem-se que a Universidade apresenta uma série de ações de gestão que tratam de forma direta e indireta sobre a questão dos direitos humanos, podendo ser atribuído maior destaque às iniciativas recentes de adesão ao Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos, bem como a criação de um Observatório de Direitos Humanos. Tratam-se, portanto, de iniciativas que têm como norte a educação em direitos humanos.

Em relação à pesquisa em direitos humanos e em educação em direitos humanos, têm-se maior participação das áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, havendo em menor proporção, produções nas Ciências da Saúde e Ciências Exatas.

Quanto aos temas de maior predominância em direitos humanos, destacam-se às categorias de “gênero, classe e raça”, “tecnologia, produção e trabalho”, “direito à educação” e “direitos humanos, justiça e memória”, respectivamente. Em relação à educação em direitos humanos, predominam-se as categorias do “direito à educação”, “direito ao meio ambiente” e “gênero, classe e raça”. Há de se destacar, contudo, a inexistência de pesquisas e práticas que utilizam os termos “educação em direitos humanos” ou “educação para os direitos humanos”. A hipótese, nesse caso, relaciona-se à questão desta prática educativa ser recente no âmbito acadêmico, bem como à questão da disciplinarização do conhecimento, que pode dificultar a incorporação desta em diferentes áreas, para além das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A quantidade de projetos de pesquisa desenvolvidos durante o período consultado, bem como sua concentração em determinadas áreas do conheci-

mento, já era minimamente esperado enquanto resultado de pesquisa; seja porque os questionamentos produzidos pelas ciências humanas e sociais e as problematizações proporcionadas pela EDH proporcionam uma simbiose quase que natural, ou porque as palavras-chave são mais usualmente nessas áreas do conhecimento. De qualquer forma, esperava-se que houvesse um maior número de projetos ancorados nas ciências da saúde. Diante disso, instiga-se para que novas pesquisas sejam realizadas sobre a temática, podendo estas serem amparadas em uma metodologia que busca desvelar outras palavras-chave, mais usualmente nas áreas específicas, bem como pesquisa relacionadas ao ensino em direitos humanos na Unicamp, às práticas específicas de gestão e, também, às práticas de convivência da comunidade interna e externa à Universidade.

Referências

- AGUIRRE, L. P. *Educar para os direitos humanos: o grande desafio contemporâneo*. S/D. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/aguirre.htm>. Acesso em: 4 abr. 2018.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Editora 70, 2004. 223 p.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação em direitos humanos: de que se trata?. In: LEITE, Raquel Lazzari Barbosa (org.). *Formação de educadores. desafios e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2003.
- BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Capes. *Programa de Educação em Direitos Humanos e Diversidades*. 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/educacao-em-direitos-humanos-diversidades>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 2)*. Brasília: 2002.
- CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões

entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

DIBBERN, T. A.; CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Educação em direitos humanos: um panorama do compromisso social da universidade pública. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100184&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 de jul. 2019.

MAGENDZO, Abraham. *Educación en derechos humanos – un desafío para los docentes de hoy*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, 2009.

SCHILLING, Flávia. *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*, São Paulo, EDUSP/Cortez, 2005.

TAVARES, C. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p. 487-503, 2010.

UNICAMP. *Relatório final da Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da Unicamp*. Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/04/01/comissao-da-verdade-apresenta-relatorio-final>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Recebido em: 26 de fevereiro de 2020

Aprovado em: 20 de abril de 2020.